

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Foto
Diário

Justiça para assassinato de líder indígena ainda é sonho

Arquivo

Kátia Aguiar

"Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre. Alguém tem que perder a vida por uma causa". E perdeu. Cinco tiros calaram a voz do líder indígena Guarani, Marçal Tupã-y, no dia 25 de novembro de 1983, porque ele defendia suas terras dos interesses dos homens brancos. Apesar da arma do crime ter sido apreendida e um dos principais suspeitos, o proprietário dela, jagunço Rômulo Gamara, mais conhecido como Paraguaio, ter sido detido no dia dois de junho último — dois meses depois foi libertado — nenhum processo foi aberto pela Justiça de Mato Grosso do Sul. A denúncia é do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que atribui o fato à conhecida "influência" dos mandantes do assassinato.

Rômulo — de cuja arma os exames balísticos efetuados comprovaram que alguns dos tiros que mataram Marçal saíram dela — empreitou a derrubada de uma mata, em 1980, numa área contígua à Fazenda Serra Brava, do latifundiário Astúrio Monteiro. O filho deste, Líbero Monteiro, pretendia incorporar à propriedade da família a área indígena de Piracua, no município de Bela Vista, na fronteira com o Paraguai, onde, desde tempos imemoriais vivem os índios Kayowá. Através de Rômulo, tentou subornar Marçal para que lhe passasse as terras silvícolas por Cr\$ 5 milhões, o que foi rechaçado.

Assassinato

Na noite do dia 25 de novembro de 1983, ao deixar a farmácia da Fundação Nacional do Índio (Funai) na aldeia de Campestre, do município Antônio João, Marçal foi alvejado por tiros disparados de duas armas.

— Apesar de Rômulo ter sido apontado, desde a época do crime como um dos jagunços que balearam Marçal, a Polícia Federal demorou três meses para recolher sua arma e a de outros suspeitos. Mas, nem essa inexplicável morosidade impediu que as investigações levassem à implicação de Paraguaio, acentua o CIMI ao lembrar que "a Justiça Federal se considerou incompetente para julgar o caso e devolveu o inquérito à comarca de Ponta Porã, cujo promotor público, alegando estar muito atarefado não forneceu denúncia sobre o caso.

Essa situação poderá perdurar se o promotor em questão considerar que "não há elementos suficientes para tal", afirma apreensivo o CIMI revelando que até hoje não foi feita qualquer apuração para identificar quem ameaçou Marçal de morte 20 dias antes dele morrer, nem tampouco se investigou quem tentou suborná-lo com quantias vultosas para que convencesse seus irmãos Guarani da Fazenda Piracua a abandonarem as terras onde vivem, desocupando-as para o latifundiário Astúrio Monteiro expandir suas fazendas.

O CIMI considera que Líbero é um dos mandantes do crime, e não estranha que até agora continue impune pois "ele é pessoa influente no Estado e sua família tem estreitas ligações com Plínio Barbosa, chefe do Gabinete Civil do Governador Wilson Martins". Aliás — prossegue a entidade de defesa da causa indígena — foi



Cinco tiros calaram a voz mas não o ideal de Marçal Tupã-Y

Barbosa quem tentou, logo após o crime desviar o curso das suspeitas mais óbvias, acusando irresponsavelmente a esposa de Marçal de ter contratado jagunços, por ciúme, para matarem o líder Guarani.

— Como justificar a inoperância da Justiça no caso de Marçal? Dizer que a Polícia Federal na região não tinha combustível para abastecer o carro com que realiza as diligências, como foi feito é ridículo. Nada justifica tanto descaso. Só mesmo o envolvimento de pessoas influentes do estado do Mato Grosso do Sul, interessadas em abafar o caso, ressalta o CIMI.

Discurso

No dia dez de julho de 1980, na sacada do Palácio Episcopal de Manaus, o Papa João Paulo II que visitava nosso país, ouviu de Marçal, que o homenageou em nome de todas as lideranças indígenas nacionais, o seguinte apelo feito de improviso:

— Santo Padre, nós depositamos uma grande esperança na sua visita. Leve o nosso clamor, a nossa voz por outros territórios que não são os nossos, mas que o povo, uma população mais humana, lute por nós, porque o nosso povo, a nossa nação indígena está desaparecendo do Brasil. Este é o país que nos foi tomado. Dizem que o Brasil foi descoberto, mas o Brasil não foi descoberto não, Santo Padre, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas. Esta é a verdadeira história, nunca contada, de nosso povo.

Marçal denunciou ao Papa o assassinato em 1979 do cacique Pankararé, Angelo Pereira Xavier, no dia 26 de dezembro, em Brejo dos Burgos, na Bahia, também em defesa de suas terras, assim como o assassinato do cacique Kaingang, de Mangueirinha, no Paraná, Angelo Cretã, no dia 29 de janeiro de 1980 uma semana após ter

sofrido uma emboscada. O motivo? O mesmo. Defesa das terras que "são invadidas, tomadas, e os territórios diminuídos", como disse Marçal ao Papa.

Crime político

Uma das filhas de Marçal, Edna Silva de Souza, considera o crime cometido como de caráter político, pois seu pai "tinha um ideal de vida contrário ao nosso sistema atual de Governo. Ele sabia que incomodava e pretendia incomodar muito mais".

Ela, que é professora no Posto Indígena de Dourados, em Mato Grosso do Sul, está segura de que para uma pessoa se empenhar numa causa dessas, a defesa de toda uma etnia, "não pode ter vínculos familiares para não causar sofrimentos e afirma:

— O fim de um idealista é sempre esse aí: uma separação violenta, e cética em relação à Justiça acredita que o caso de seu pai "vai ser mais um dos muitos crimes políticos indesejáveis por falta de provas".

Marçal nasceu no dia 24 de dezembro de 1920, em Rincão de Júlio. De acordo com o CIMI, ele se destacou pela luta incansável em favor do seu povo, e pelos discursos de grande lucidez, pronunciados na sua defesa, participou de várias reuniões de líderes indígenas, de seminários, do filme "Terra dos Índios". "Em todos esses momentos manifestou surpreendente clareza sobre o processo de espoliação que sofrem os povos indígenas e, ao mesmo tempo que reclamava a todos a união, pronunciava a sobrevivência desses povos".

"Se muitos acreditam que taparam a boca de Marçal quando deram a ordem do crime aos jagunços, se enganaram. Suas palavras estão ecoando em cada luta que desponta e suas palavras não serão esquecidas.

Jornal de Brasília - 01/12/84
GIR 11265